

# casas de apostas legalizadas no brasil

A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta sexta-feira, 22, o projeto de lei que regulamenta as apostas esportivas online, também conhecidas como bets. Para os jogadores, a principal mudança será a tributação dos ganhos obtidos através desses jogos e a criação de medidas de prevenção a fraudes. O texto prevê nova distribuição de arrecadação, tributação sobre prêmios de casas de apostas, regulamentação da publicidade no setor e algumas restrições também.

O Estado preparou uma série de perguntas e respostas para, se aprofundar sobre as apostas esportivas, cujo setor investe bilhões anualmente no futebol nacional.

As casas de apostas já foram regulamentadas no Brasil?

O projeto de lei que regulamenta este novo mercado e institui a taxa foi aprovado em setembro na Câmara dos Deputados e no começo de dezembro pelo Senado, que fez alterações no texto. Por isso, os deputados analisaram novamente a proposta e, enfim, aprovaram o projeto nesta sexta-feira, 22 de dezembro. O PL agora vai ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por que existem fraude e manipulação de resultados em apostas esportivas?

As apostas são legalizadas no Brasil desde 2024, mas ainda não foram regulamentadas, o que fez com que as empresas do setor operassem num espaço de limbo regulatório. Sem fiscalização, proliferaram as suspeitas de manipulação de resultados e de lavagem de dinheiro.

Projeto de lei que regula casas de apostas será votado em breve no Senado Foto: Felipe Rau / Estado

Continua após a publicidade

Qualquer pessoa pode jogar nos sites de apostas?

A maioria das pessoas pode, mas não todas. Para isso, é preciso fazer um cadastro com informações pessoais e seguir todas as orientações necessárias de casa site. Os ganhos também são depositados na conta corrente informada neste cadastro pelo apostador. Tudo é feito de forma online porque as casas de apostas não estão fisicamente no Brasil.

Quem não pode apostar?

De acordo com o projeto de lei aprovado na Câmara, não poderão realizar apostas dirigentes de futebol, empresários esportivos, integrantes de federações, treinadores, membros de comissão t